

Caros amigos e  
caras amigas,



f @ /ANDREQUINTAOPT

Apresento aqui nossas principais iniciativas e lutas travadas em 2020, com algumas conquistas e, sobretudo, resistência a um contexto dos mais adversos que nossas gerações já viveram. As dificuldades impostas pela pandemia mundial do **Coronavírus foram agravadas pelas posturas do governo Bolsonaro de desrespeito à vida, negação da ciência e de valores básicos de civilização e democracia**, cujos ataques tornaram-se uma constante no País.

Em Minas, o governo neoliberal de Zema manteve as tentativas e ações de cortes de direitos consagrados e de políticas públicas essenciais à população, além da obsessão por privatizar setores estratégicos. Submisso a Bolsonaro, foi sempre ausente nas mobilizações de governadores por recursos federais, com posições dúbias de enfrentamento à pandemia, tímido apoio social e largo favorecimento aos grandes grupos econômicos.

**Na liderança do Bloco Democracia e Luta, fizemos um trabalho intenso para efetivar apoios aos setores mais vulneráveis. Na reforma da Previdência, conseguimos reduzir os danos propostos por Zema.** Atuamos com firmeza contra os despejos, como o ocorrido no Sul de Minas. Aprovamos e dotamos o governo de todas as condições legais para fortalecer o SUS nos municípios, salvando vidas, e para minimizar os efeitos sociais e econômicos da pandemia. Continuamos na luta e vigilantes por justiça e reparação aos atingidos pelo crime da Vale em Brumadinho, em 2019, com seus direitos e protagonismo nos processos.

Expresso aqui nossa solidariedade às pessoas que perderam entes queridos na pandemia; e a nossa confiança e disposição de continuar lutando por tempos melhores. **Que Minas e todo o Brasil tenham a vacinação em massa e possam encontrar e trilhar caminhos de recuperação econômica e social, por uma sociedade mais justa.**

Um forte abraço,

André Quintão  
DEPUTADO ESTADUAL

300  
anos  
MINAS  
GERAIS  
Sou do  
mundo,  
sou Minas  
Gerais



## Assembleia aprova Projeto que obriga o Estado a garantir a vacina

De autoria do deputado André Quintão, o Projeto foi aprovado em 11 de dezembro e encaminhado ao governador. Ele obriga o Estado a garantir a vacina contra a Covid-19 a todo cidadão e cidadã que assim o desejar em Minas Gerais. Enquanto não houver vacina com registro na ANVISA, o governo de Minas poderá adquirir vacinas já autorizadas por autoridades sanitárias estrangeiras e comercializadas em seus países (da Europa, EUA, Japão ou China), conforme autoriza a Lei Federal 13.979/2020. **“Minas não pode esperar, de braços cruzados, decisão do Governo Bolsonaro que ideologiza a pandemia, nega a ciência e coloca vidas em risco”, afirmou André.** O PL lista os grupos prioritários de atendimento: idosos, profissionais da saúde, quilombolas, indígenas, acautelados e trabalhadores do sistema penitenciário, e outros grupos de risco fixados em regulamento.

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MG

Rua Rodrigues Caldas, 30 / Sala 108  
Santo Agostinho / Belo Horizonte - Minas Gerais  
CEP: 30190-921

Email: dep.andre.quintao@almg.gov.br  
Telefone: (31) 2108.5170  
Site: www.andrequintao.com.br

### PARTICIPE!

f @ /ANDREQUINTAOPT

Para contribuir com a rede social do Mandato, atualize o seu e-mail e endereço, acesse o nosso site, receba o Boletim Eletrônico Semanal e o multiplique com os seus amigos. Não se esqueça também de curtir nossa página do Facebook e Instagram!

## Brumadinho não será esquecida: lutas por justiça e reparação

Relator da CPI que em 2019 investigou o crime da Vale em Brumadinho, o deputado André Quintão coordena o Grupo de Trabalho (GT) constituído na Assembleia para acompanhar as providências recomendadas pelo Relatório da CPI aos diversos órgãos e instituições. “Foram 272 vidas humanas perdidas e uma região devastada. Não podemos deixar tudo isso ser esquecido”, afirma o deputado.

**Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas por Barragens** - a Assembleia aprovou neste ano o Projeto que institui a Política Estadual, construído com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

**Atingidos reivindicam participação** - O governo de Minas discute com a Vale, em audiências de conciliação no Tribunal de Justiça (TJMG), à revelia dos próprios atingidos, acordo referente a R\$ 54 bilhões calculados como danos causados ao Estado. Feito o acordo, a Assembleia terá que aprovar a destinação dos recursos, como determina PEC recém-aprovada. “Vamos ouvir os atingidos e abrir o debate sobre prioridades nas reparações, sem prejuízo das ações em curso”, afirmou André. Na Defensoria Pública (DPMG), foram fechados 431 acordos extrajudiciais em favor das vítimas, totalizando R\$ 187 milhões, e 238 estão em andamento.

**Indiciamento** - O Ministério Público (MPMG) e a Polícia Civil ofereceram a denúncia contra 16 pessoas, funcionários da alemã Tüv Süd e da Vale, inclusive seu então presidente Fábio Schvartsman. Elas vão responder por crime de homicídio qualificado, falsidade ideológica, crimes contra a flora, fauna, entre outros.

#### PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE Nº INDICADO	REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO		RESPONSÁVEL _____
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> CEP		

DEPUTADO ESTADUAL  
**ANDRÉ**  
QUINTÃO

Adicione o  
WHATS do  
mandato!  
(31) 9 9988.1355



Mala Direta  
Básica

9912249224/2019-SE/MG  
ALMG

Correios

Fechamento autorizado.  
Pode ser aberto pela ECT.



Apresento aqui nossas principais iniciativas e lutas travadas em 2020, com algumas conquistas e, sobretudo, resistência a um contexto dos mais adversos que nossas gerações já viveram.

André Quintão

Projeto obriga o  
Estado a garantir  
a vacina a toda a  
população.

PÁG. 06

BOLETIM ANUAL DE  
**PRESTAÇÃO**  
*de contas* DEZ 2020

MANDATO DEPUTADO ESTADUAL ANDRÉ QUINTÃO • PT/MG



## Lei fixou as diretrizes ao enfrentamento da pandemia e apoio social



A Assembleia Legislativa foi uma das primeiras do País a elaborar e aprovar as normas para o governo de Minas executar políticas de enfrentamento à pandemia. O deputado André Quintão, como líder do PT e do Bloco Democracia e Luta, trabalhou junto ao Colégio de Líderes pela aprovação da Lei 23.631/2020, de autoria coletiva e que entrou em vigor no dia 2 de abril. Com 21 artigos, a maioria proposta por parlamentares do PT e do Bloco, a Lei trouxe procedimentos para equipar e fortalecer o SUS, para a Educação, Assistência Social, Agricultura Familiar, entre outros setores. Nos meses seguintes, outras leis detalharam medidas administrativas e sociais e sua implementação.

### Vejam algumas diretrizes da Lei 23.631:

- Concessão de renda emergencial mínima para famílias inscritas no CadÚnico; empreendedores dos programas estaduais de Economia Popular Solidária; catadores de materiais recicláveis; comunidades indígenas e quilombolas; entre outros.
- Ações destinadas à população em situação de rua;
- Segurança Alimentar às famílias dos alunos da Rede Estadual de Ensino e para comunidades indígenas e quilombolas (Bolsa Merenda e cestas básicas);
- Medidas de apoio e crédito a empreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas; a não interrupção do fornecimento de água e energia; suspensão temporária de reajustes nas tarifas públicas; parcelamento de débitos;
- Utilização do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) para as populações mais vulneráveis.

## Pessoas em situação de rua terão prioridade em política habitacional

Foi aprovado no dia 4 de dezembro e já encaminhado à sanção do governador, o Projeto de Lei (PL) 5.475/18, que estabelece prioridade no desenvolvimento de programas habitacionais do Estado para pessoas em situação de rua, alterando a Política Estadual Habitacional de Interesse Social (Pehis). O Projeto é resultado do Fórum Técnico Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua, realizado em 2018 na Assembleia, reunindo entidades da sociedade civil. O deputado André Quintão integrou a Coordenação do Fórum Técnico.

## Projetos com relatoria do deputado garantiram medidas emergenciais



O deputado André Quintão foi o relator e, como líder, trabalhou pela aprovação de projetos de Lei (PL) que contribuíram para reduzir as dificuldades da população no enfrentamento à pandemia em Minas:

**Tarifas sociais automáticas e licenciamento de veículos** – Com a Lei 23.671/20, foi adotada a concessão automática da tarifa social de energia elétrica para famílias inscritas no CadÚnico. Medida similar foi adotada pela Lei 23.670/20 para as contas de água. A Lei 23.673/20 tornou válida a apresentação do CRLV de 2019 durante a pandemia, evitando a cobrança e apreensão de veículos.

**Contratos temporários mantidos para garantir serviços públicos** – A Lei 23.686/2020, suspendeu, desde setembro, os prazos dos contratos temporários de trabalho para não comprometer os serviços públicos à população durante a pandemia.

**Atenção à saúde da população negra e estatísticas na Covid-19** – A Lei 23.663/2020 fixou procedimentos para garantir atenção adequada à população negra na Covid-19, que representa 53% do total da população mineira e garantir o registro de internações, com a divulgação das estatísticas.

**Atendimento à mulher vítima de violência** – O PL estabeleceu ampliação das vagas em unidades de acolhimento do SUAS para mulheres e filhos; criação de abrigos provisórios, garantia de renda mínima e organização de redes protetivas.

### Transferência de recursos para fortalecer a Assistência Social

Para ampliar ações na Saúde e na Assistência Social, a Lei Complementar 154/2020 autorizou os municípios a utilizarem, durante toda a pandemia, os saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado em diversas áreas nos exercícios anteriores. Para isso, os recursos, então parados, são transferidos para os Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social. O deputado André Quintão foi o autor da emenda que assegurou a destinação para a Assistência Social. Com isso, eles ficaram disponíveis para auxílios.

### Emendas Populares: Agricultura Familiar, cultura e Direitos Humanos

Foram 57 propostas aprovadas, gerando emendas populares ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023, para o exercício de 2021 e ao Orçamento. Em 2020, o processo participativo de revisão do PPAG aconteceu por meio de reuniões on-line em função da pandemia, realizadas nos períodos de 19 a 23 de outubro e de 3 a 9 de novembro e também por Consulta Popular pelo Portal da ALMG. O deputado André Quintão, membro da Comissão de Participação Popular (CPP), destacou a importância do cumprimento das propostas dos cidadãos, cidadãs e entidades sociais no orçamento.

Entre as emendas aprovadas estão: **R\$ 450 mil** para o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; **R\$ 464 mil** para a Bolsa Reciclagem; **R\$ 500 mil** para fomento da Economia Popular Solidária; **R\$ 300 mil** para programa de educação alimentar e o Consea/MG. Foram também destinados **R\$ 590 mil** para Feiras de Agricultura Familiar; **R\$ 1 milhão** à aquisição de microtratores para agricultores familiares, cooperativas, e Escolas Família Agrícola (EFAs), com outros **R\$ 109 mil** para projetos de ex-alunos das EFAs. Para os Jogos Indígenas **R\$ 290 mil** e para o Festival e o Mucuriarte **R\$ 500 mil**.

## Com voto contrário da Oposição, reforma da Previdência foi aprovada

**Emendas impediram divisão do Ipsemg, contribuição extra e alteração no cálculo das aposentadorias**

A reforma da Previdência enviada pelo governador à Assembleia em 19 de junho, no pico da pandemia, foi uma das maiores batalhas travadas pelo Bloco Democracia e Luta, sob a liderança do deputado André Quintão. Todo o esforço foi feito para impedir a votação e abrir o debate com o funcionalismo. Um Seminário, de 13 a 16 de julho, reuniu todas as entidades de servidores, de forma remota. Foram também realizadas duas audiências públicas. A votação foi adiada até setembro. Com o voto contrário do Bloco, ela foi aprovada, mas incorporou algumas propostas dos sindicalistas e o deputado André Quintão conseguiu aprovar uma série de emendas do Bloco nas comissões, reduzindo seus impactos sobre o funcionalismo.

### Vejam algumas alterações conquistadas:

**Mantidos quinquênios e adicionais de desempenho** – Com a atuação do Bloco, saíram da pauta de votação as reformas administrativa e a sindical, que cortavam quinquênios, adicionais de desempenho e alteravam regras de reajustes salariais.

**Contribuição Extra** – Retirada a Contribuição Extraordinária que o governador queria impor, “sempre que a Previdência tivesse déficit”;

**Divisão do Ipsemg** – O projeto previa a divisão do Ipsemg e criação da MGPrevi – o que seria um passo para sua privatização. O Ipsemg foi mantido, com seu patrimônio, a assistência à saúde e gestão da Previdência;

**Cálculo das aposentadorias** – Mantido pela média de 80% dos maiores salários ao longo da carreira. Zema queria a média de 100% dos salários, o que reduziria o valor. Na Pensão por morte, proibiu-se valor inferior ao salário mínimo.

**Alíquotas** – A proposta de alíquotas de 13% a 19% foi alterada para de 11% a 16%, para incidir sobre o valor acima de 3 salários mínimos e não de 1 (um) salário.

**Regras de Transição** – Em relação ao projeto original, houve redução do tempo de efetivo exercício no serviço público de 20 anos para 10 anos, do “pedágio” de 100% para 50% e idade mínima anterior à reforma. Para quem ingressou até 31/12/2003, a percepção da última remuneração do cargo ao se aposentar.



## Bloco Democracia e Luta em defesa da Copasa e Cemig

Com audiências públicas, estudos e mobilizações dos trabalhadores, o Bloco Democracia e Luta, sob a liderança do deputado André Quintão, tem atuado em defesa da Cemig e Copasa, que o governador Romeu Zema quer vender com rapidez, causando prejuízos e riscos à população de Minas Gerais. A Constituição mineira, em seu artigo 14, prevê que a venda das estatais depende da aprovação de Projeto na Assembleia, que depois precisa ser submetido a **Referendo Popular**. A Copasa está presente em 642 municípios mineiros, com o fornecimento de água a mais de 11 milhões de pessoas e a 8,2 milhões com tratamento de esgoto. A Cemig, maior empresa integrada de energia elétrica do País, tem 8,7 milhões de consumidores em 774 municípios mineiros, além de ativos e presença em diversos estados.